

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.325 - SP (2018/0301149-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : BEATRIZ QUINTANA NOVAES E OUTRO(S) - SP192051
DAYSE MARIA LEONEL RUIS CAPELARI - SP387548
AGRAVANTE : ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO
PAULO S.A
ADVOGADO : RAPHAEL JADÃO E OUTRO(S) - SP235128
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. em desafio a decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 575):

"APELAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO REGRESSIVA. Alegação de queima de equipamentos em razão de oscilação de energia elétrica. Sub-rogação da seguradora nos direitos dos segurados, a teor do art. 786 do CC, que depende da comprovação do pagamento da indenização securitária, bem como de prova do dano e do nexo de causalidade entre este e a conduta da ré. Ausência de prova pela seguradora. Pleito de ressarcimento improvido. SENTENÇA REFORMADA. APELO DA RÉ PROVIDO. RECURSO DA AUTORA PREJUDICADO."

Em suas razões, a recorrente aponta violação do art. 85, §§ 2º e 8º do CPC/2015.

Sustenta que a verba honorária deveria ser fixada com base no proveito econômico pretendido pela recorrida ou mesmo mediante apreciação equitativa, e não no valor da causa, o que ensejou a sua irrisoriedade.

Acentua que a recorrida pretendia o ressarcimento pela ocorrência de 17.995 sinistros decorrentes de suposta oscilação na rede elétrica, de modo que *"o valor soma de de cada um deles deve ser utilizado como base de cálculo dos honorários advocatícios e, caso este seja incerto, admite-se sua fixação por estimativa"* (e-STJ, fl. 663).

É o relatório. Decido.

Extrai-se dos autos que o Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedente a ação de indenização por dano material em decorrências ligadas ao fornecimento de energia elétrica ajuizada pela Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. e condenou a recorrente ao pagamento de honorários advocatícios, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 20, § 4º, do CPC/1973.

Em apelação, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso da recorrente para julgar improcedente a ação e fixou os honorários de sucumbência em 20% sobre o valor da causa a serem suportados pela recorrida, nestes termos (e-STJ, fls. 577/578):

"No caso presente, contudo, não houve a produção destas provas, já que os documentos juntados com a inicial e a réplica são insuficientes para demonstrar a ocorrência de 17.955 sinistros, o que seria mesmo inviável diante do prejuízo da defesa da ré.

É certo que o artigo 113, III, faculta o litisconsórcio quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito;

entretanto, o §1º permite ao magistrado a limitação do litisconsórcio facultativo quando este dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

Evidente que, no caso presente, seria extremamente dificultoso o cumprimento de sentença e mesmo a defesa da ré na fase de conhecimento, diante da pretensão de restituição de 17.955 indenizações de sinistros.

Deste modo, é de rigor o acolhimento do apelo da ré, para que o pedido de ressarcimento seja julgado improcedente, prejudicado o recurso da autora, visto que este discute o período da condenação, ora afastada, além da incidência de correção monetária e o valor das verbas de sucumbência, que serão redistribuídas no item seguinte.

4. Diante da solução dada à lide, condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, estes fixados em 20% do valor da causa. "

Ao ser instado a se manifestar, por meio de embargos de declaração, consignou aquela Corte, que não "*há vício no que concerne à fixação dos honorários advocatícios em 20% do valor da causa, a pretexto de que deveria ter sido utilizado como base o valor da pretensão autoral*" (e-STJ, fl. 595).

Ressaltou, no particular, que "*o §2º do artigo 85 do Código de Processo*

Civil dispõe que o arbitramento será com base do 'valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa'" e, portanto, "evidente a impossibilidade de cálculo do proveito econômico, no caso concreto, diante da pretensão da autora de cobrança do valor da indenização de 17.955 sinistros, cujo pagamento não foi demonstrado, o que inclusive serviu de fundamento para o improvimento do recurso" (e-STJ, fl. 595).

A Corte Especial do STJ decidiu que *"o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença"* (EDcl na MC 17.411/DF, Relator o Ministro Benedito Gonçalves, DJe de 27/11/2017).

Com efeito, depois de estabelecida a natureza jurídica híbrida dos honorários advocatícios sucumbenciais, a jurisprudência desta Corte afastou a adoção do sistema da separação dos atos processuais, na direção de que a sucumbência há de ser regida pelas normas vigentes ao tempo da decisão que a reconhece.

A propósito:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ARBITRAGEM. EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. EMBARGOS DO DEVEDOR. MÉRITO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ARBITRAL. QUESTÕES FORMAIS, ATINENTES A ATOS EXECUTIVOS OU DE DIREITOS PATRIMONIAIS INDISPONÍVEIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTATAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA JURÍDICA. LEI NOVA. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

[...]

6. O Superior Tribunal de Justiça propugna que, em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015.

7. No caso concreto, a sentença fixou os honorários em consonância com o CPC/1973. Dessa forma, não obstante o fato de esta Corte Superior reformar o acórdão recorrido após a

Superior Tribunal de Justiça

vigência do novo CPC, incidem, quanto aos honorários, as regras do diploma processual anterior.

8. *Recurso especial provido*" (REsp 1.465.535/SP, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 22/8/2016)

No caso, a sentença da ação de rescisão contratual foi proferida em 14/1/2015, ou seja, antes de 17 de março de 2016, de modo que deve observar as disposições normativas constantes do CPC/1973 a respeito da distribuição dos ônus sucumbenciais.

Assim, não seria o caso de aplicação das disposições do novo CPC, tal como pretende a recorrente, sendo equivocada, ainda, a afirmação nesse sentido do acórdão integrativo. Todavia, a fim de não prejudicar a situação da recorrente, porquanto somente ela recorreu da decisão nesse ponto, é de ser mantida a conclusão de que a nova legislação processual civil norteará a fixação da sucumbência.

A irresignação da recorrente quanto ao respectivo valor fixado, contudo, não merece acolhida. Isso porque o acórdão atacado reconheceu a improcedência da ação regressiva ajuizada pela recorrida, de modo que a fixação da verba de sucumbência em 20% (vinte por cento) sobre o valor dado à causa, no ano de 2013 - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não se mostra irrisória, mas dentro dos liames de proporcionalidade e razoabilidade, em face das peculiaridades do caso concreto.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator